



BOLETIM CEIJ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

Fórum Cível. Térreo, salas 1/2. Rua Cel. Fontoura. Cidade Velha. CEP 66015-260. Belém-PA. Fone: 3205-2716/2742.

www.tjpa.jus.br/ceij • ceij@tjpa.jus.br

Cinco anos de compromisso com a infância e a juventude



A edição deste informativo celebra cinco anos de criação da Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará (CEIJ), em junho de 2015, com ações que conferiram a esta Coordenadoria o Selo Prata da Infância e Juventude, do Conselho Nacional de Justiça. Desde sua criação, sob minha coordenação e, posteriormente, da desembargadora Odete da Silva Carvalho, a CEIJ participou de diversas atividades em prol de crianças, adolescentes e jovens da sociedade paraense, seja fortalecendo o acesso aos direitos constitucionalmente consagrados, seja capacitando e auxiliando magistrados e servidores com competência em justiça infantojuvenil para a melhor prestação jurisdicional possível, atendendo às exigências da sociedade atual, por intermédio de várias ações integradoras interinstitucionais, bem como às deliberações provenientes do Conselho Nacional de Justiça. Os primeiros meses de 2015 trouxeram novidades no planejamento orçamentário da Coordenadoria. A partir de um planejamento lúcido e transparente, a CEIJ pretende alcançar objetivos ainda maiores a médio e longo prazos.

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Coordenador Estadual da Infância e Juventude

FORTALECIMENTO E APRIMORAMENTO



Equipe Ceij

Orçamento próprio financia ações

Atendendo ao planejamento político e orçamentário do Tribunal de Justiça do Pará, inclusive ao Plano Plurianual (PPA), a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude planejou ações a serem desenvolvidas anualmente até 2019, com o objetivo de aperfeiçoar a prestação jurisdicional às crianças e adolescentes do estado, nas áreas

protetiva, socioeducativa e de enfrentamento à violência sexual. No planejamento da CEIJ estão incluídas capacitação para Magistrados e Servidores, proposição de melhorias ao funcionamento da justiça da infância e da juventude, o atendimento das demandas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da sociedade paraense.



**Apadrinhamento
no Parque Shopping**

Página da CEIJ no Portal do TJPA é atualizada

Visando à divulgação de atividades da Coordenadoria à sociedade e ao Judiciário, neste ano de 2015 iniciou-se a reformulação da página da CEIJ, com atualização de informações sobre o Programa de Apadrinhamento Conta Comigo e a Inclusão da

Portaria Conjunta 01/2015 – que normatiza audiências concentradas. Haverá novas inclusões e modificações na página, de acordo com o fluxo de atividades da CEIJ e consoante as necessidades da Justiça da Infância e da Juventude.

Magistrados recebem orientação sobre cadastros do CNJ

Estão em fase de elaboração, conforme decisão em reunião ordinária da CEIJ, orientações aos Magistrados e Servidores com atuação em infância e juventude, com um quadro demonstrativo de todos os cadastros do CNJ que devem ser preenchidos pelos Magistrados, sobre crianças e adolescentes,

com os respectivos períodos de alimentação, os prazos finais para preenchimento e relacionando, também, quais cadastros nacionais têm a necessidade de emissão de relatórios ou comunicações às Corregedorias de Justiça da Região Metropolitana e das Comarcas do Interior, assim como à CEIJ.

ESTÍMULO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Seminário mostra perfil de instituições de acolhimento no Pará

Realizado em parceria com o Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará e Escola Superior da Magistratura (ESM), em 29 e 30 de janeiro de 2015, o evento congregou cerca de 300 pessoas, no Auditório Des. Agnato Monteiro Lopes, Fórum Cível, em Belém, entre promotores de justiça, defensores públicos, magistrados, profissionais de equipes interprofissionais, estudantes de graduação e demais

agentes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de diversas comarcas. O seminário divulgou achados de pesquisa preliminares, obtidos a partir do estudo nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em quatro regiões do estado do Pará, para subsidiar e instrumentalizar os operadores do sistema de justiça, na perspectiva de contribuir para o aperfeiçoamento do atendimento prestado aos jurisdicionados.

Programa de Apadrinhamento Conta Comigo vai ao Parque Shopping

A ação foi coordenada pela Vara da Infância e Juventude de Icoaraci, em parceria com o grupo de trabalho do Programa de Apadrinhamento Conta Comigo, nos dias 25 e 26 de abril de 2015, no Parque Shopping. Na ocasião, ocorreram várias apre-

sentações artísticas e culturais, tais como a do grupo musical Agravado de Instrumento, espetáculo teatral dos adolescentes da Casa Lar Girassol e do personagem Epa-minondas Gustavo, interpretado pelo magistrado Cláudio Rendeiro.

APERFEIÇOAMENTO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA INFANTOJUVENIL

Projeto digitaliza processos de adoção

O projeto “Conhecendo a Minha História” já garantiu a digitalização de 1.427 processos de adoção de várias comarcas do estado do Pará, tais como Ananindeua, Belém, Castanhal, Marituba, dentre outras. A digitalização dos processos de adoção e todos os outros a ele relacionados, possibilitará que o Poder Judiciário paraense cumpra as determinações legais, preserve seu patrimônio processual e disponibilize novos serviços aos usuários da justiça. Possibilitará também às Varas da Infância e Juventude maior controle do seu acervo, a praticidade para acesso às informações e a eliminação do risco de perda desses documentos.

Além disso, oportunizará aos jurisdicionados, de forma prática e segura, a garantia de acesso às informações referentes à origem biológica dos adotados, a viabilização de cópia dos autos do processo em mídia digital e a preservação do exercício da cidadania. O Projeto Conhecendo a Minha História é realizado conjuntamente com os seguintes parceiros: o Departamento de Documentação e Informação, a Divisão de Documentação e Arquivo, as Secretarias de Informática, de Administração e a de Planejamento, sendo que a execução direta está sob responsabilidade da Divisão de Documentação e Arquivo.

Estudos e diagnósticos ajudam a propor políticas públicas

Em fase de planejamento, em parceria com a Coordenadoria de Estatística e Secretaria de Informática, objetiva conhecer a realidade da Justiça da Infância e da Juventude e dos processamentos de crimes contra crianças e adolescentes no Pará, a fim de propor aprimoramentos

na prestação jurisdicional e o fortalecimento da garantia à prioridade absoluta prevista nas normativas nacionais e internacionais. Em breve o formulário para coleta de dados da pesquisa será disponibilizado no portal do Tribunal de Justiça do Pará.

Seminário
na UFPA



Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares tem ajuda da CEIJ

A Coordenadoria integra o Grupo de Trabalho Interinstitucional composto por sete instituições públicas e organizações da sociedade civil: Tribunal de Justiça do Pará, representado pela Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ); Ministério Público, representado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-MP); Defensoria Pública, por meio da Coordenadoria de Política da Infância e da Juventude da Região Metropolitana; Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Pará (CEDCA); Universidade Federal do Pará, via Escola de Conselhos; Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Pará (Aconextel) e Ordem dos Advogados do Brasil, por meio

da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA). O GT tem o objetivo de planejar e realizar ações para a efetivação do primeiro Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares. Já fez o mapeamento para investigar o conhecimento dos gestores municipais quanto às legislações que norteiam o processo de escolha, elaborou minuta de Projeto de Lei para mobilizar/sensibilizar os prefeitos, os vereadores e representantes da sociedade à importância do referido pleito. Após última reunião, em maio, o GT tem articulado com o Tribunal Regional Eleitoral a cessão de urnas eletrônicas para o Processo de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares, que ocorrerá em 4 de outubro do ano em curso.

Mudança no LIBRA vai melhorar fluxo de informações

O Sistema LIBRA está sendo aprimorado a partir de proposições feitas pela CEIJ, em articulação com as Varas da Infância e da Juventude, para dar conta do incremento anual do número de processos. As mudanças já estão sendo providenciadas pelas secretarias

de Informática e de Planejamento, na busca de equacionar as urgências e disponibilizar ao Judiciário e à sociedade o conhecimento estatístico dos feitos judiciais, necessário a estudos e ao desenvolvimento de novas estratégias judiciais.

Cursos e Oficinas





**Comitê contra
violência sexual**

Magistrados integram comitê de Enfrentamento à Violência Sexual

Indicados à presidência do TJPA pelo Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador da CEIJ, assumiram as cadeiras do TJPA no Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, como titular e suplente, respectivamente, os Magistrados Antônio Claudio Von-Lohrman Cruz e Sara Augusta Pereira de Oliveira, reforçando o compromisso do

Tribunal de Justiça em combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Pará. Desde a assinatura do TJPA no Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em meados de 2014, a CEIJ tem participado das reuniões do Colegiado Gestor do Plano, sugerindo ações e fazendo parte das atividades previstas pelos órgãos colegiados.

Cursos e capacitações levaram informações à rede de atendimento

Infância e Juventude: A primeira turma do Curso de Especialização em Direito da Infância e Juventude se formou em junho de 2015. O projeto de iniciativa da CEIJ capacitou magistrados, defensores, promotores e servidores do judiciário. O curso foi realizado pela Escola Superior da Magistratura (ESM-PA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Ministério Público e Defensoria Pública. Um segundo projeto para a formação da segunda turma já foi encaminhado à ESM-PA.

Crianças e jovens Indígenas – No mês de maio, também em parceria com a ESM-PA, foi realizada a segunda edição do Curso de Formação Aplicabilidade

Intercultural dos Direitos das Crianças e Jovens Indígenas. O projeto elaborado pela CEIJ deverá chegar em agosto de 2015 na cidade de Santarém a fim de capacitar a rede de atendimento na região do Baixo Amazonas e Tapajós. Ensino a distância – cursos de aperfeiçoamento levarão informações a todos as Comarcas do Estado por meio de cursos on-line. O projeto, em parceria com a Coordenadoria de Treinamento e Formação de Servidores, está em fase de análise e quando funcionar será dividido em módulos acessíveis pela internet para qualquer servidor do Judiciário, em especial, para aqueles que atuam na área da infância e juventude.



**Caminhada pelo
Direito de Ser Filho**

Integrantes da CEIJ participam de eventos e cursos

Participação no Curso de Planejamento Estratégico com Ênfase em BSC - A capacitação foi ministrada pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA) e teve como objetivo orientar os participantes a pensar e agir estrategicamente, adaptando suas organizações às constantes mudanças de ambiente das organizações públicas com a metodologia do balanced scorecard, conhecida mundialmente. O curso foi realizado no período de 25 a 29 de maio de 2015, na sala de reuniões da Presidência, no prédio do Lauro Sodré. Três analistas judiciários do Núcleo de Assessoramento Especializado da CEIJ participaram da capacitação.

2ª Caminhada pelo Direito de Ser Filho - Promovido pela CEJAI-TJPA, o evento ocorreu no dia 24 de maio de 2015, reunindo diversos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, além da sociedade civil, com o objetivo de comemorar o Dia Nacional da Adoção e alertar a sociedade para a importância da adoção de crianças e adolescentes.

20º Encontro Nacional de Grupos de Apoio à Adoção - O evento ocorreu no período de 4 a 6 de junho, em Belo Horizonte. Os participantes debateram diversos assuntos, entre eles, a importância do vínculo amoroso na relação filial por adoção; estratégias de intervenção com adolescentes nas instituições de acolhimento; os vínculos biológicos X os vínculos socioafetivos estruturados por meio da adoção; o papel da rede de atendimento a criança e adolescentes; medidas protetivas ao atendimento infanto-juvenil; cadastros do CNJ e adoção consensual: limites e possibilidades.

Na ocasião, os analistas judiciários do Núcleo de Assessoramento Especializado da CEIJ tiveram acesso às intervenções inovadoras, publicações atuais sobre a política de atendimento infanto-juvenil e a obtenção de informes sobre cursos de atualização cuja temática discutida versa sobre programas de apadrinhamento de crianças e adolescentes que estão em programas de acolhimento institucional.